

Tradução

## Sade e a aurora iluminista

Gabriel Giannattasio

Donatien Alphonse François de Sade, mais conhecido como Marquês de Sade, nasceu na França em 1740 e, certamente, não poderia pelas circunstâncias históricas passar ileso às influências de seu tempo. Alguns comentadores chegam a considerá-lo um filho – ainda que a legitimidade seja discutível – legítimo do espírito das luzes. E, sem dúvida alguma, Sade levou o projeto iluminista, ou seja, a vontade de conhecer, para as regiões limítrofes e exatamente por isto ele pode ser considerado uma figura prometéica exemplar de seu século. Entretanto, a profundidade de sua aventura o transformou numa das cabeças mais extemporâneas de seu tempo. Se, em seu ponto de partida, a filosofia sadeana está animada pela aurora iluminista, não tardará em reconhecer o crepúsculo da própria razão.

### Biografia

Gabriel Giannattasio (Assis/SP, 1961) é professor da Universidade Estadual de Londrina desde 1994. Concluiu seu pós-doutorado pela Universidade d'Aix-en-Provence. Publicou os livros *A tirania da norma* (Eduel, 1997) e *Sade, um anjo negro da modernidade* (Imaginário, 2000). Aguarda a publicação para este ano do livro *Agora, quem sou eu? Cartas inéditas do marquês de Sade* (Iluminuras) e acaba de lançar *Próxima parada: o haras humano* (Atrito Art Editorial).

O ensaio que trazemos agora ao leitor pode ser identificado com este primeiro movimento da filosofia sadeana. O anticlericalismo, o ateísmo e o materialismo são marcas evidentes desta aurora iluminista. Não tardará o momento no qual Sade acertará suas contas com os filósofos que tanto o inspiraram. Publicado pela primeira vez em 1931, este breve texto figurava nos manuscritos de Sade intitulados *Diálogo entre um padre e um moribundo*. O diálogo, escrito em 1782, é considerado uma das primeiras peças literárias produzidas pelo marquês. Por isto, supõe-se que *Pensamento* ou *Pensamento sobre Deus* tenha sido escrito no mesmo período.

Sade começa a escrever tardiamente, ou seja, só aos 42 anos escreve esta que seria sua primeira importante obra, refiro-me ao *Diálogo entre um padre e um moribundo*. Três anos depois, ou seja, em 1785, escreve *As 120 jornadas de Sodoma*, e a visceralidade deste texto já prenuncia os limites do projeto iluminista. Não que Sade tenha deixado de ser anticlerical, materialista ou ateu; pelo contrário, ele levará estes seus princípios às últimas conseqüências.

O filósofo libertino lia avidamente a literatura iluminista da época – Rousseau, Diderot, La Mettrie, o barão d’Holbach, Hélietius, Montesquieu – e se perguntava: se Deus está morto, de onde se originam nossos valores, mais particularmente, nossos valores morais? Se não temos mais uma tábua de valores, um guia, como distinguir o que é o bem e o que é o mal, o vício e a virtude, o justo e o injusto? Afirma Sade em seu texto:

*Adotando este ponto de vista, todos os princípios morais da humanidade se dissipam, pois todos os deveres morais nascem do pacto firmado entre os homens; são, portanto, outras tantas quimeras. O homem disse: “Tal coisa será virtude, pois ela me serve, esta outra será vício, pois ela me é nociva”.*

La Mettrie, o barão d’Holbach eram ateus e materialistas convictos, Diderot havia se convertido ao materialismo ateu por volta de 1749, período da publicação da sua *Carta aos cegos*. O ateísmo e o materialismo estão na formação do pensamento sadeano, entretanto, diferentemente das conclusões a que chegará Diderot – de que só a virtude poderia nos conduzir à felicidade –, Sade considerava que muito freqüentemente era o vício o caminho mais seguro para a felicidade. Ao contrário do que

pensava o barão d’Holbach, que a sociedade decidiria o que seria nocivo a ela, Sade não abria mão de sua soberania, recusando a sujeição do indivíduo à sociedade. E, ainda que simpatisasse verdadeiramente com as observações formuladas por La Mettrie acerca da moral – uma espécie de defesa das virtudes públicas, de um lado, e dos vícios privados, de outro –, Sade tornou pública, ainda que a contragosto, sua libertinagem de espírito e de corpo. Mas, ainda não é chegado o momento – refiro-me a este texto ‘Pensamento’ – em que Sade anunciará os estreitos vínculos entre a ilustração e o crime, o conhecimento e o matricídio. E, quando isto acontecer, poderemos dizer que Sade conquista o direito de ser tratado num capítulo à parte na história do pensamento do século XVIII, afinal, o filósofo libertino inscreverá seu nome na tradição iconográfica, esboçando um inferno que nunca fora tão iluminado.

Ainda assim, encontramos nestas reflexões sadeanas alguns dos princípios mais caros ao seu pensamento: um radical anticlericalismo, uma denúncia da vida fundada em valores transcendentais e uma defesa do sensualismo como fonte do conhecimento. A inspiração do sensualismo filosófico é uma marca evidente nos textos sadeanos. Ou, dito de uma outra forma, trata-se de elevar o corpo – por meio de todos os seus sentidos – à categoria de princípio produtor e avaliador do conhecimento.

Esta idéia atravessa toda a sua obra e deixou seu registro mais evidente no seu mais famoso texto, intitulado *A filosofia na alcova*, o que significa dizer a filosofia submetida à prova do corpo, ou, mais ainda, as idéias submetidas à prova do corpo. Poderíamos daí pensar que Sade destrona Deus para entronizar ele, o

Corpo. Caberia então pensarmos: o que é o corpo para Sade? O que o constitui? Ele é uno ou é múltiplo? Como os objetos exteriores o afetam? O corpo é capaz de responder à pergunta: quem sou eu? Uma filosofia fundada na experiência sensível é capaz de definir identidades? A filosofia sadeana foi contaminada por estas questões e a elas Sade ofereceu respostas originais.

## Pensamento<sup>1</sup>

Deus é, inegavelmente, para os homens o mesmo que as cores para um cego de nascença; para ele é impossível imaginá-las. — Mas, dizem-vos em contrapartida, as cores existem: assim, se o cego não é capaz de percebê-las, é por uma perda do sentido, mas não pela inexistência das cores. Da mesma forma, o homem não reconhece Deus por uma deficiência do sentido, mas não pela inexistência de tal ser.

Eis precisamente onde se encontra o sofisma: as palavras e suas significações, ou as diferenças entre as cores, não passam de coisas de convenção, dependentes da necessidade criada em nossos sentidos, que nos obrigam a diferenciá-las; porém, sua existência é ilusória, é portanto banal decidir que uma fita tingida em castanho-escuro seja efetivamente castanho-escuro, só as nossas convenções garantem a realidade de tal juízo. Com Deus passa-se o mesmo,

ele se apresenta inegavelmente à nossa imaginação como as cores para os cegos ou, para dizer o mesmo, como uma coisa que se lhes diz existir, mas cuja realidade não é comprovada por nada e, em decorrência, pode muito bem não existir. Assim, quando apresentamos a um cego uma fita, garantindo-lhe que é de cor castanho-escuro, não somente não lhe oferecemos nenhuma idéia, mas também nada lhe dizemos que ele não possa negar, sem que tenhamos ou possamos vir a ter armas para convencê-lo. O mesmo se passa quando falamos de Deus ao homem: não somente não lhe oferecemos nenhuma idéia como apresentamos à sua percepção uma coisa que ele pode muito bem negar, combater ou destruir, sem que tenhamos o menor argumento real para persuadi-lo.

Afinal, Deus é tão real para o homem quanto as cores para um cego de nascença. O homem se encontra no direito de afirmar que Deus não existe, tanto quanto é lícito ao cego afirmar a inexistência das cores, pois as cores não possuem realidade, mas somente uma existência convencional, e todas as coisas pactuadas só podem conquistar realidade sobre o espírito do homem se forem capazes de afetar os seus sentidos e, assim, serem compreendidas. Uma coisa pode muito bem ser real aos olhos de todos os homens dotados dos cinco sentidos e ser questionada e negada por aquele que se encontra privado do senso necessário para concebê-la. Mas tudo aquilo que é absolutamente

<sup>1</sup>A palavra 'pensamento' se encontra manuscrita às margens do texto original e aqui foi inserida como título ao mesmo. Estas reflexões se encontram no manuscrito intitulado 'Diálogo entre um padre e um moribundo' e datam muito provavelmente do período de 1782, época na qual o diálogo foi escrito. Na época Sade se encontrava encarcerado na prisão de Vincennes sob efeito de uma 'Lettre de cachet'. Este texto foi publicado pela primeira vez em 1931, sob a responsabilidade de Maurice Heine, e a presente transcrição se inspirou na edição das obras completas de Sade, publicadas por Jean-Jacques Pauvert. Foram, ainda, consultadas para esta transcrição as edições italiana e portuguesa da mesma obra.

incompreensível ou absolutamente impossível de ser apreendido pelos sentidos nada representa, tal como as cores para um cego. Portanto, se a cor nada comunica a um cego, na medida em que ele não é dotado do sentido necessário à sua compreensão, o mesmo se pode dizer de Deus, pois nenhum dos seus sentidos é capaz de apreendê-lo, e, se Deus possui, do mesmo modo que a cor, uma existência convencional, ele está desprovido de toda existência real. Uma sociedade de cegos, privada do auxílio dos outros homens, terá igualmente palavras convencionadas para exprimir coisas que não possuem nenhuma realidade.

Em face desta bela quimera que atende pelo nome de Deus, nós somos o protótipo desta sociedade de cegos; nós criamos para nós mesmos algo que julgamos necessário, mas cujo fundamento reside na necessidade que sentimos em criá-lo. Adotando este ponto de vista, todos os princípios morais da humanidade se dissipam, pois todos os deveres morais nascem do pacto firmado entre os homens; são, portanto, outras tantas quimeras. O homem disse: “Tal coisa será virtude, pois ela me serve, esta outra será vício, pois ela me é nociva”. São as fúteis convenções das sociedades dos cegos, nas quais as leis não possuem nenhuma realidade intrínseca. A melhor forma de avaliar a nossa fraqueza relativa aos sublimes mistérios da natureza é reconhecer o estado de mediocridade dos seres dotados de um sentido a menos que os nossos; os erros daqueles em relação a nós equivalem aos nossos em relação à natureza: o cego legisla para si mes-

mo obediente às suas necessidades e de acordo com o estado de debilidade dos seus sentidos; o homem, da mesma forma, estabeleceu as suas leis em conformidade com os seus mediocres conhecimentos, com a estreiteza de seu olhar e em sintonia com as suas pequenas necessidades.

Mas não há nada de real em tudo isso, nada que possa ser incompreensível a uma sociedade dotada de faculdades inferiores às nossas ou refutado por uma outra que, dotada de sentidos mais delicados e superiores que os nossos, por meio destes nos superasse. Como nossas leis, nossas virtudes, nossos vícios, nossas divindades, serão desprezíveis aos olhos de uma sociedade que tivesse dois ou três sentidos a mais que os nossos e uma sensibilidade maior que a nossa. E por quê? É que uma tal sociedade seria mais perfeita e mais próxima da natureza. Do que se pode concluir que o ser mais perfeito que podemos conceber será aquele que se afastar o mais possível das nossas convenções e as considerar profundamente desprezíveis, da mesma forma como nós julgamos uma sociedade que nos é inferior.

Acompanhemos o raciocínio e chegaremos à própria natureza: nós compreenderemos facilmente que tudo o que afirmamos, que tudo o que fazemos, decidimos, está tão distante da perfeição dos seus pontos de vista, é tão inferior a ela, como o são, relativamente às nossas leis, as das sociedades dos cegos. Nada de sentidos, nada de idéias: *nihil est in intellectu, quod non prius fuerit in sensu* é, em uma palavra, o fundamento e a ver-

<sup>2</sup> Provavelmente Sade se refere a Pierre Nicole (Chartres 1625-Paris 1695) e ao seu mais importante tratado *La logique, ou l'art de penser*, escrito em co-autoria com A. Arnauld em 1660/1.

dade a partir da qual se estabelece o sistema precedente. É inacreditável que M. Nicole,<sup>2</sup> em sua *Logique*, tenha querido destruir este axioma fundamental de toda verdadeira filosofia. Nosso espírito, afirma ele, pode conhecer outras idéias que não nos foram comunicadas pelos sentidos, e uma destas grandes idéias abstratas – ou seja, que não nos foram comunicadas pelos sentidos – é: *Je pense, donc je suis*.<sup>3</sup> Esta idéia, afirma este autor, não é dotada de nenhum som, nenhuma cor, nenhum odor, etc., portanto, ela não é uma produção dos sentidos. Como é possível alguém se submeter tão servilmente ao pó de uma escola a ponto de raciocinar com uma tal falsidade! Sem dúvida, esta idéia *Je pense, donc je suis*, não é da mesma espécie desta outra, *Esta mesa é lisa*, que o sentido do tato pode comprovar ao meu espírito. Devo reconhecer que ela não é produto de algum dos meus sentidos em particular, mas o resultado de todos eles e de tal modo o é que, se fosse possível a uma criatura existir sem nenhum sentido, perfeitamente impossível lhe seria formular o pensamento *Je pense, donc je suis*. Portanto, este princípio é o resultado de todos os nossos sentidos, embora o não seja de um deles em particular e por isto ele não pode destruir o grande e infalível raciocínio de como é impossível adquirir idéias abstraindo-se dos sentidos. A religião, eu bem sei, não reconhece este ponto de vista, mas se há algo no mundo que em matéria de filosofia deve ser esquecido é a religião, pois ela obscure-

ce todos os princípios e ela é a que mais vergonhosamente faz curvar o homem sob o ridículo jugo da fé, destruidor de todas as verdades.

**Publicado nas 'Oeuvres complètes du Marquis de Sade' sob o título 'Pensée' SADE. Oeuvre complètes. Tomo I. Paris: Jean-Jacques Pauvert, 1986. p. 17-520.**

*Dieu est absolument pour l'homme ce que sont les couleurs pour un aveugle de naissance; il lui est impossible de se les figurer. — Mais, vous dit-on à cela, cependant ces couleurs existent: ainsi, si cet aveugle ne se les figure pas, c'est faute de sens, mais non faute d'existence de la chose. De même, si l'homme ne comprend pas Dieu, c'est faute de sens, mais non faute de la certaine existence de cet être.*

*Et voilà précisément où gît le sophisme: le nom et les propriétés, ou différences, de ces couleurs ne sont que des choses de convention, dépendantes de la nécessité où nos sens nous ont mis de les différencier, mais leur existence est frivole, c'est-à-dire qu'il est très frivole de décider qu'un ruban teint en couleur brune soit effectivement brun; il n'y a de réel à cela que nos conventions. Dieu est de même, il ne se présente absolument à notre imagination que comme la couleur se peut au cerveau des aveugles, c'est-à-dire comme une chose que l'on lui dit être, mais dont rien ne prouve la réalité, et qui par conséquent peut fort bien ne pas être. Ainsi lorsque vous présentez un ruban à un aveugle en l'assurant qu'il est brun, non seulement vous ne lui donnez aucune idée, mais même vous ne lui dites rien qu'il ne puisse nier, sans que*

<sup>3</sup>Famoso princípio da filosofia cartesiana: *Penso, logo existo*. E aqui Sade lança mão de um exercício de perversão, pois, na filosofia cartesiana a idéia de Deus está em nós, ela é inata, ou seja, ela precede toda experiência dos sentidos. Se Descartes aborda o problema numa perspectiva deísta, Sade o repropõe sob a ótica do ateísmo.

*vous ayez et puissiez avoir d'armes pour le convaincre. De même, lorsque vous parlez de Dieu à l'homme, non seulement vous ne lui donnez aucune idée, mais même vous n'apportez à son imagination qu'une chose qu'il peut nier, combattre ou détruire, sans que vous ayez le plus petit argument réel à employer pour le persuader.*

*Dieu n'existe donc pas plus pour l'homme que les couleurs pour l'aveugle de naissance. L'homme est donc aussi en droit d'affirmer qu'il n'y a pas de Dieu, que l'aveugle l'est d'assurer qu'il n'y a point de couleurs, car les couleurs ne sont point une chose réelle, mais seulement une chose de convention, et toutes les choses de convention ne peuvent acquérir de réalité sur l'esprit de l'homme qu'autant qu'elles affectent ses sens et qu'elles peuvent en être comprises. Une chose peut donc pourtant être réelle aux yeux de tous les hommes doués de leurs cinq sens, et devenir douteuse et même nulle pour celui qui est privé du sens nécessaire à la concevoir. Mais la chose, absolument incompréhensible, ou absolument impossible à apercevoir des sens, devient nulle, et aussi nulle que la couleur le devient pour l'aveugle. Donc si la couleur est nulle pour l'aveugle, parce qu'il n'a pas le sens nécessaire à l'adopter, de même Dieu est nul pour l'homme puisque aucun de ses sens ne saurait l'apercevoir, et ce Dieu alors n'a donc plus, comme la couleur, qu'une existence de convention, mais en elle-même aucune réalité. Une société d'aveugles, privée du secours des autres hommes, aurait également des noms de convention pour exprimer des choses qui n'auraient aucune réalité.*

*Eu égard à cette belle chimère qu'on qualifie du nom de Dieu, nous sommes cette société d'aveugles; nous nous sommes figure une chose que nous avons crue nécessaire, mais qui n'a d'autre existence que le besoin que nous avons eu de la créer. Tous les principes, de la morale humaine s'anéantiraient de même, mesurés à ce même compas, car tous ces devoirs n'étant que de convention, sont de même tous chimériques. L'homme a dit: «Telle chose sera vertu parce qu'elle me sert, telle*

*autre sera vice parce qu'elle me nuit»: ce sont les futiles conventions de la société des aveugles dont les lois n'ont aucune réalité intrinsèque. La véritable façon de juger notre faiblesse relativement aux sublimes mystères de la nature est de juger de la faiblesse d'être qui ont un sens de moins que nous; leurs erreurs vis-à-vis de nous sont les nôtres vis-à-vis de la nature: l'aveugle se fait des conventions relatives à ses besoins et à la médiocrité de ses facultés; l'homme, de même, a fait des lois relativement à ses petites connaissances, ses petites vues et ses petits besoins.*

*Mais rien de réel dans tout cela, rien qui ne puisse être, ou incompris d'une société qui nous serait inférieure en facultés, ou nié formellement par une qui nous surpasserait par des organes plus délicats, ou par des sens de plus. Comme nos lois, nos vertus, nos vices, nos divinités, seraient méprisables aux yeux d'une société qui aurait deux ou trois sens de plus que nous, et une sensibilité double de la nôtre. Et pourquoi? C'est que cette société serait plus parfaite et plus rapprochée de la nature: d'où il résulte que l'être le plus parfait que nous puissions concevoir sera celui qui s'éloignera le plus de nos conventions et les trouvera le plus méprisables, ainsi que nous trouvons celles d'une société qui nous est inférieure.*

*Suivons la chaîne, et arrivons à la nature même: nous comprendrons facilement que tout ce que nous disons, que tout ce que nous arrangeons, décidons, est aussi éloigné de la perfection de ses vues et aussi inférieur à elles, que le sont par rapport à nos lois celles de cette société d'aveugles. Point de sens, point d'idées; nihil est in intellectu, quod non prius fuerit in sensu, est en un mot la grande base et la grande vérité qui établit le système précédent. Il est inouï que M. Nicole, dans sa Logique, ait voulu détruire cet axiome certain de toute vraie philosophie. Il entre, prétend-il, dans notre esprit d'autres idées que celles acquises par les sens, et l'une de ces grandes idées qui peuvent arriver à nous, abstraction faite des sens, est: Je pense, donc je suis. Cette idée, dit cet auteur, n'a aucun son, aucune couleur, aucune odeur, etc., donc elle n'est pas l'ouvrage des sens. Peut-on*

*s'astreindre aussi servilement à la poussière de l'école jusqu'à faire des raisonnements de cette fausseté-là! Sans doute cette idée: Je pense, donc je suis, n'est pas de l'espèce de celle: Cette table est unie, parce que le sens du toucher en apporte la preuve à mon esprit. Elle n'est, j'en conviens, l'opération d'aucun sens en particulier, mais elle est le résultat de tous, et si réellement, que s'il était possible qu'une créature existât sans aucun sens, il lui serait parfaitement impossible de former cette pensée: Je pense, donc je suis. Donc, cette pensée est le résultat de l'opération*

*de tous nos sens, quoiqu'elle ne le soit d'aucun en particulier, et donc elle ne peut détruire le grand et infailible raisonnement de l'impossibilité d'acquérir des idées abstractivement des sens. La religion ne s'y accorde pas, j'en conviens, mais la religion est la chose du monde qu'il faut le moins consulter en matière de philosophie, parce qu'elle est celle qui en obscurcit le plus tous les principes, et qui courbe le plus honteusement l'homme sous ce joug ridicule de la foi, destructeur de toutes les vérités. ■*